

A NECESSIDADE DE UMA **LEI DE BASES** PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Este número da revista *VEZ E VOZ* é editado no ano em que a Rede Animar realiza o seu evento bienal, a MANIFesta, celebrando 20 anos com a sua 10ª edição no local onde teve lugar a sua primeira MANIFestação, a cidade de Santarém, lugar indelévelmente associado à Revolução de Abril e conquista da Democracia em Portugal. Sendo a MANIFesta uma mostra da vitalidade das Comunidades Locais através das suas organizações da Economia Social e Solidária, a Rede Animar vai mais uma vez mostrar a sua actividade e fazer as necessárias reivindicações a favor do Desenvolvimento Local através da reflexão, da festa e da mostra do que é e quer continuar a ser. A Rede Animar continua a MANIFestar-se porque, apesar das sucessivas crises que lhes têm sido impostas, as comunidades, os cidadãos e cidadãs e as associações que animam e facilitam as iniciativas de desenvolvimento local em curso nos territórios têm **vitalidade e iniciativa**. Por outro lado, a MANIFestação constitui um permanente desafio à própria actividade da Animar e incentivo à inovação, e a MANIFesta constitui uma **interpelação vigorosa** e uma **reivindicação necessária e oportuna** dirigida à sociedade portuguesa, em geral, e aos poderes políticos, em particular.

Os conceitos LOCAL e DESENVOLVIMENTO estão estreitamente relacionados entre si. Os LOCAIS são fonte de solidariedades, de potencialidades e também de protagonismos fortemente ligados às características que definem a sua identidade, aspecto essencial para a promoção do Desenvolvimento do território e da economia local. Por outro lado, é fundamental reconhecer que DESENVOLVIMENTO não é apenas crescimento econó-

mico e que a economia não é tudo! As comunidades humanas têm dimensão social e cultural e não apenas produtiva! Por esta razão, é necessário chamar a atenção para o facto de as políticas orientadas por fins apenas de crescimento económico originarem assimetrias territoriais, provocarem desertificação humana e reproduzirem exclusão social e níveis insustentáveis de pobreza. O Desenvolvimento de um território não é conseguido em termos puramente económicos. A economia, sendo indispensável, não pode ser assumida como o aspecto mais importante e muito menos como o único aspecto a tomar em consideração para uma estratégia de Desenvolvimento. Crescimento económico não deve ser confundido com Desenvolvimento e ser promovido sem tomar em consideração o bem-estar social, a cultura e a preservação do meio ambiente. O fim último de qualquer processo de Desenvolvimento Local é a melhoria das condições de vida e do bem-estar das comunidades e territórios locais propósito que só pode ser atingido com o envolvimento activo dos actores locais na concepção, planeamento, implementação e gestão das estratégias de desenvolvimento dos seus territórios.

O Desenvolvimento Local pode estar seriamente comprometido nos territórios de baixa densidade essencialmente por questões de natureza demográfica, entre outras. A actual “rarefacção populacional” desses territórios conjugada com um acentuado envelhecimento da população e com um contínuo e preocupante processo de desertificação humana coloca em causa a sustentabilidade das economias locais de baixa densidade. É assim urgente e imperioso que se estanque e inverta o processo de degradação dos territórios de baixa densidade através da formulação e implementação de Estratégias Locais de Desenvolvimento. Para este efeito é necessário intervir ao nível local, regional e nacional. A nível local é fundamental promover a reflexão no seio das comunidades com o propósito de analisar as questões que estão a travar o desenvolvimento do local e, a partir da realidade local, definir estratégias que promovam o desenvolvimento do território e da sua economia. Como está amplamente demonstrado, o Desenvolvimento apenas se concretiza a nível Local uma vez que o processo requer a participação activa dos actores locais, seus destinatários. Contudo, sendo necessária, a intervenção a nível local não é suficiente. A intervenção a nível regional e nacional é também indispensável. A nível regional (Nuts II e III) é essencial a definição de objectivos estratégicos, naturalmente associados às características de cada uma das regiões, que sirvam de quadro estratégico para a definição das estratégias de desenvolvimento

para cada local. Por outro lado, os objectivos estratégicos definidos para cada região não podem deixar de estar enquadrados por um quadro estratégico nacional constituído pelos objectivos estratégicos definidos a nível nacional.

Construir o Desenvolvimento nos locais de baixa densidade não constitui tarefa fácil para as comunidades aí localizadas devido ao efeito de uma complexidade de factores fortemente interrelacionados entre si, dos quais se destacam o nível educacional e de participação activa dos actores sociais e ainda a vontade e apoio dos agentes políticos designadamente dos que têm a responsabilidade de governar o País. Para além destes factores, a eficácia de uma estratégia local de Desenvolvimento está condicionada por um conjunto de outros aspectos designadamente a valorização das características do local, a integração de todos os sectores de actividade, a sustentabilidade e viabilidade económica, social e ambiental, a promoção da qualificação e da empregabilidade, a igualdade de oportunidades e ainda a promoção do trabalho em rede. Por outro lado, deve lembrar-se, como acima referido, que a eficácia de uma estratégia de Desenvolvimento Local depende ainda, em grande medida, do seu enquadramento e relacionamento com objectivos estratégicos definidos aos níveis Regional e Nacional e da territorialização das políticas públicas definidas a nível central. Como é compreensível, uma mesma política pública que, sendo delineada a nível central, não consegue, com o mesmo nível de eficácia, dar resposta à diversidade de problemas e realidades que apresentam os territórios locais de elevada, média e baixa densidade existentes em Portugal. É pois indispensável formular e implementar uma Política de Desenvolvimento Regional que deverá assumir a configuração e estatuto de uma *Lei de Bases do Desenvolvimento Regional e Local* cujo propósito essencial é não só permitir uma melhor gestão do território e seus equipamentos e infra-estruturas como adequar às realidades locais todas as políticas públicas formuladas a nível nacional. Uma *Lei de Bases do Desenvolvimento Regional e Local* permite não só expressar a vontade política dos responsáveis governativos como também servir de guia para a convergência dos objectivos estratégicos definidos a nível local e regional com os Objectivos Estratégicos Nacionais. Só desta forma se conseguirá construir e promover de forma harmoniosa o Desenvolvimento Nacional e contribuir para a coesão social e territorial de todas as comunidades e territórios locais. Não é demais enfatizar que a promoção da qualidade de vida e do bem-estar das comunidade locais só será conseguida pela implementação de Estratégias de

Desenvolvimento Local assente na valorização do local e na sustentabilidade e viabilidade social, ambiental e económica dos territórios locais. Estas estratégias locais de desenvolvimento devem assentar em intervenções de natureza multisectorial em detrimento das ineficazes lógicas sectoriais e deverão valorizar os produtos locais e diversificar a economia. Por outro lado, deve acrescentar-se que as estratégias de Desenvolvimento Local têm a capacidade de gerar sociedades mais democráticas através da promoção da *cidadania activa* nas comunidades locais o que constitui uma das condições para que o Desenvolvimento Local se afirme como uma estratégia sustentável para a promoção das economias locais. Só trilhando este caminho se conseguirá atingir resultados sustentáveis de desenvolvimento para cada um dos territórios locais e, conseqüentemente, para o todo nacional.

Em resumo, a construção do Desenvolvimento só é possível através do envolvimento activo da comunidade local na concepção, planeamento, implementação e gestão de uma estratégia local de Desenvolvimento devidamente enquadrada pelos objectivos estratégicos definidos a nível regional e nacional. É assim fundamental que, no quadro da Estratégia Portugal 2020, sejam implementadas medidas e instrumentos que promovam a cooperação entre os diversos actores sociais a nível local, em geral, e da Economia Social e Solidária. A Economia Social e Solidária tem a capacidade de contribuir para a economia local através da produção de bens e serviços como ainda possui a indispensável natureza solidária que é essencial para o Desenvolvimento da Sociedade Humana. Desenvolvimento Local e Economia Social e Solidária são pois os dois universos complementares em que a Animar tem centrado as suas actividades e preocupações e para os quais pretende estrategicamente continuar a contribuir a partir da experiência adquirida no quadro dos valores e princípios que constituem a sua matriz constitutiva.

A presente edição do *Veze e Voz* inclui reflexões sobre Economia Social, Políticas Territoriais, Formação Profissional e Mercado de Trabalho e ainda Agricultura Familiar aspectos que são essenciais para a definição de estratégias de desenvolvimento para territórios locais.

EDUARDO FIGUEIRA
Presidente da Animar

VEZE E VOZ

Revista da Animar
- Associação Portuguesa
para o Desenvolvimento
Local
Nº 4 (3ª Série) | Jun. 2014

Director
Eduardo Figueira

Coordenador Editorial
Mário Alves

**Paginação, Grafismo
e Imagem**
António Barata

Redacção e Administração
Centro Comunitário
Rua Antero de Quental
Bairro Olival de Fora
2625-648 VIALONGA

Telef.: 21 952 74 50
Fax: 21 952 60 12
vezevoz@animar-dl.pt
www.animar-dl.pt
www.facebook.com/
associacao.animar

ISSN: 1646-852X

Impressão
Rainho&Neves
Rua do Souto, 8
4520-612 SÃO JOÃO DE VER

Tiragem: 900 exemplares

Distribuição gratuita

**As opiniões expressas nos
artigos são da exclusiva
responsabilidade dos
autores**

A revista *Veze e Voz* respeita as opções dos autores dos textos relativamente ao acordo ortográfico da língua portuguesa

COLABORARAM NESTE NÚMERO

ADEMÁRIO ALVES

CÉLIA PEREIRA

EDUARDO FIGUEIRA

HUNALDO LIMA

JOÃO FERRÃO

SANDRA SAÚDE

SUMÁRIO 5

EDITORIAL

1 A necessidade de um Lei de Bases
para o Deenvolvimento Local

Eduardo Figueira

ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

6 "Economia Solidária não deve ser
vista como dependente
de subsídios"

Célia Pereira

ANIMAÇÃO TERRITORIAL

10 Políticas territoriais eficazes
e participadas

João Ferrão

QUALIFICAÇÃO E EMPREGO

14 A formação profissional
e o mercado de trabalho

Eduardo Figueira

e Sandra Saúde

EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR

24 Conceitos e práticas
de agricultura familiar

Ademário Alves e Hunaldo Lima

“ECONOMIA SOLIDÁRIA

NÃO DEVE SER VISTA COMO DEPENDENTE DE SUBSÍDIOS”

CÉLIA PEREIRA, COORDENADORA GERAL DA CRESAÇOR DEFENDE QUE O SETOR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA TEM DE SER VISTO COMO PRESTADOR DE SERVIÇOS E NÃO COMO SUBSIDIODEPENDENTE. A COOPERATIVA TEM APOSTADO NO EMPREENDEDORISMO E NA FORMAÇÃO, CRIANDO EMPRESAS E GERANDO CENTENAS DE POSTOS DE TRABALHO.

A CRESAÇOR, COOPERATIVA REGIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, JÁ ABRANGE 11 ÁREAS DE INTERVENÇÃO ESPALHADAS POR 22 INSTITUIÇÕES, CUJOS PROJETOS VINGARAM NO “FRÁGIL” MERCADO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, DANDO ORIGEM A EMPRESAS E A PEQUENOS NEGÓCIOS.

AO LONGO DE 15 ANOS, A COOPERATIVA JÁ APOIOU A CRIAÇÃO DE MAIS DE UMA CENTENA DE MICROEMPRESAS E PEQUENOS NEGÓCIOS NOS AÇORES E MAIS DE DUAS CENTENAS DE POSTOS DE TRABALHO.

A REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA É COMPOSTA POR EMPRESAS NA ÁREA ALIMENTAR (VENDA DE REFEIÇÕES PARA FORA E FABRICO DE BISCOITOS, COMPOTAS E LICORES), DE CARPINTARIA, ARTESANATO E TURISMO INCLUSIVO.

PASSADOS 15 ANOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA CRESAÇOR, A COORDENADORA, CÉLIA PEREIRA, DEFENDE QUE AS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR (ECONOMIA SOLIDÁRIA) NÃO PODEM SER VISTAS COMO SUBSIDIODEPENDENTES, MAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS EM ÁREAS QUE O ESTADO NÃO CONSEGUIE CHEGAR.



ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA 7

É com a congregação de iniciativas pela CRESAÇOR que a economia solidária passa ter uma nova dinâmica nos Açores?

Começa a ter uma dinâmica e uma expressão própria dando origem ao conceito de economia solidária nos Açores. A CRESAÇOR representa hoje a Rede de Economia Solidária dos Açores, formada atualmente por 22 instituições sem fins lucrativos que apoiam e acompanham públicos em risco, promovendo a sua inclusão, nomeadamente através da formação e empregabilidade, tendo como referência os princípios de Economia Solidária. Integra, também, a Rede de Economia Solidária da Macaronésia constituída pelas Regiões Açores, Cabo Verde, Canárias e Madeira e é ainda membro fundador da RIPESS Europa.

O projeto deixou de estar adstrito apenas a uma ilha...

É um projeto que desde a primeira hora é de âmbito regional, representando um conjunto de organizações dos Açores, com iniciativas de economia solidária e que depois foi crescendo partilhando a sua experiência com organizações da Macaronésia.

Ao fim de mais de uma década, a economia solidária já se afirmou como um terceiro setor dos Açores?

Penso que a economia social e solidária já representa o terceiro setor na região, no país e na Europa. As iniciativas de economia solidária são antes de mais atividades económicas em que o lucro é distribuído não pelos acionistas mas investido no desenvolvimento de projetos e iniciativas promotoras da inclusão social, de luta contra a pobreza, na promoção do emprego e da empregabilidade de pessoas em risco que necessitam de formação, capacitação das suas competências pessoais, sociais e profissionais para ingressarem no mercado de trabalho em pé de igualdade com os demais. Neste sentido, a CRESAÇOR foi crescendo e desenvolvendo

um conjunto de projetos que apostam muito no empreendedorismo, no microcrédito e na formação, quer numa relação de proximidade e trabalho de parceria com os seus cooperantes e com os seus parceiros público-privados.

Passados quinze anos é possível falar em autossustentabilidade dos projetos de economia solidária?

Era o que nós gostávamos. Mas temos cada vez mais de olhar para nós como prestadores de serviços porque, no fundo, estas onze áreas de trabalho representam serviços que nós prestamos à comunidade, sejam a pessoas em risco de exclusão social quer sejam às entidades públicas e privadas que não podem por si só desenvolver estas respostas face a estas necessidades. Temos de olhar cada vez mais quer para a CRESAÇOR, quer para as organizações do terceiro setor, sejam elas de economia social, sejam elas de economia solidária, como prestadores de serviços que desenvolvem um trabalho qualificado, de qualidade e que respondem a necessidades urgentes para as quais não há outras respostas. Não podemos olhar para nós como organizações subsidiodependentes. Qualquer empresa presta serviços e recebe por estes serviços. Isto tem sido, desde a primeira hora, um fator preponderante da CRESAÇOR e que é o desenvolver projetos não porque há financiamento para determinadas áreas mas porque há necessidades que precisam de resposta. Depois vamos ver qual o programa de apoio que pode pagar o desenvolvimento daquela resposta. Não desenvolvemos projetos só por desenvolver. Um bom diagnóstico é fundamental para o desenvolvimento de um projeto de qualidade que seja adequado às necessidades a que procuram responder. Um bom projeto é aquele que é feito em parceria com outros atores e agentes que estão na comunidade.

Que projetos futuros? CRESAÇOR pode crescer mais na sua área de ação?

A nossa ambição é assegurar estas onze áreas de trabalho. A nossa preocupação fundamental não é crescer ou diminuir, mas considerar se o nosso trabalho é necessário e se é de qualidade. Naturalmente, vamos sempre tentando – no âmbito do trabalho e dos diagnósticos que fazemos quer pelas equipas que estão no terreno e nas parcerias com outras entidades – desenvolver projetos que deem respostas às necessidades que vão surgindo. As problemáticas sociais são dinâmicas.

Temos que estar atentos àquilo que realmente é necessário responder e não estar preso ao que já fazemos.

Relativamente aos projetos para o futuro, é o continuar a trabalhar para a formação, capacitação e autonomização das pessoas, principalmente as que estão numa situação de grave carência socioeconómica. Neste âmbito, a aposta em ações de formação, sensibilização, e capacitação no âmbito do empreendedorismo é fundamental. Gostaríamos de a curto prazo desenvolver uma incubadora de empreendedorismo e empreendedorismo social na CRESAÇOR. Tendo em conta todo o ciclo que desenvolvemos no âmbito de empreendedorismo falta um espaço para o apoio à incubação de pequenos negócios.

Se fosse para eleger o projeto mais bem sucedido ao longo destes quinze anos, qual seria?

São quinze anos que representaram muito trabalho, muitas dificuldades e de muitos projetos, mais ou menos, bem sucedidos. As 11

áreas representam aqueles projetos chave que foram desenvolvidos e que pela sua importância mereceram ter continuidade afirmando-se como áreas de intervenção e que depois deram origem a outros pequenos e grandes projetos. Dispomos de equipas multidisciplinares e descentralizadas que, de acordo com a sua missão e objeto social, colaboram *in loco* com os cooperantes e públicos em risco ao nível da consultoria e assessoria técnica em diversas áreas.

É o caso da Agência Cores, vocacionada ao apoio aos cooperantes nas suas várias iniciativas de economia solidária e desenvolvimento local e dar resposta técnica à necessidades dos nosso cooperantes; desenvolver projetos de interesse para os associados, sendo o mais recente os Açores+, que já foi premiado, e no âmbito do qual relançamos o selo garantia Cores; formar os técnicos e colaboradores; dar visibilidade e notoriedade aos serviços de economia solidária e onde criamos o roteiro

Cores, constituído pelas lojas de economia solidária presentes na ilha de São Miguel e que numa segunda fase será alargado a outras ilhas. Estamos presentes em termos associativos e cooperativos em São Miguel, Santa Maria, São Jorge, Terceira, e Flores. Trabalhamos em outras áreas como acompanhamento e apoio a imigrantes em situação de grave carência económica e social. Dentro desta área, o Centro de Apoio ao Imigrante operacionaliza o projeto Sertã Solidária, que em parceria com mais de

Temos de olhar cada vez mais para as organizações do terceiro setor, sejam elas de economia social, sejam elas de economia solidária, como prestadores de serviços que desenvolvem um trabalho qualificado, de qualidade e que respondem a necessidades urgentes para as quais não há outras respostas.



duas dezenas de unidades de restauração e horelaria recolhe os excedentes alimentares que são distribuídos por famílias com grave carência alimentar. Desde 2012 já foram distribuídas mais de 20 mil refeições, sendo diariamente cedidas 30 refeições. Temos ainda o apoio ao empreendedorismo social e microcrédito; a conceção de estudos de mercado, de estudos de viabilidade económica e de candidaturas a projetos e sistemas de incentivos regionais, nacionais e comunitário. No âmbito da medida microcrédito já apoiamos mais de 60 empresas de micro negócios e criação de mais de uma centena de postos de trabalho. Se somarmos todas as pessoas que apoiamos em termos de apoio ao desenvolvimento de plano de negócio, ideia de negócio, estudo de viabilidade económica e elaboração de candidaturas a outros sistemas de incentivo, os números sobem exponencialmente. Apoiamos mais de uma centena de pequenos negócios e criação de duas centenas de postos de trabalho. A CRESAÇOR tem ainda como áreas de trabalho o acompanhamento territorializado dos agregados familiares com necessidades habitacionais; o aconselhamento a cidadãos e cidadãs

em situação de endividamento e/ou sobre endividamento; criação de imagem; organização de eventos como a realização de feiras, colóquios e seminários; realização de ações de formação; qualidade, higiene e segurança no trabalho; e no desenvolvimento de iniciativas de turismo inclusivo e de turismo social e solidário. Nesta área contamos com o Posto Técnico de Turismo Eco Atlântida, nas Sete Cidades e em Ponta Delgada, um site Azores Farol. Fazemos um trabalho a favor da democratização do turismo, trabalhando na promoção de atividades para pessoas com necessidades especiais. Já abrangemos cerca de 22 mil turistas, sejam em atividades ou atendimentos.

Em termos estatísticos quantas pessoas foram apoiadas pela CRESAÇOR ao longo deste quinze anos?

É difícil contabilizar. O âmbito de ação de cada uma das áreas é muito diferenciado. Cada uma das áreas de trabalho apoia diretamente e indiretamente largas dezenas de pessoas.

*In Ana Paula Fonseca, Açoreano Oriental,
14/6/2015*



POLÍTICAS TERRITORIAIS

EFICAZES E PARTICIPADAS

*DE QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS DE POLÍTICAS TERRITORIAIS,
EFICAZES E PARTICIPADAS?*

João Ferrão *Instituto de Ciências Sociais,
Universidade de Lisboa
instituto.ciencias.sociais@ics.ul.pt*

De que falamos quando falamos de políticas territoriais?

A designação “políticas territoriais” cobre situações muito distintas. É, por isso, necessário esclarecer que tipos de políticas se encontram sob esse chapéu. Em termos simples, podemos identificar cinco situações distintas.

Em primeiro lugar, as *políticas territoriais* implícitas, isto é, aquelas que não prosseguem objetivos territoriais mas que contribuem de forma decisiva para estruturar o território, quer de forma direta, quer indiretamente, a partir dos efeitos que desencadeiam. A política de transportes ou a política agrícola comum (no pilar relativo à agricultura) são, talvez, os dois exemplos mais conhecidos deste tipo de políticas. É, aliás, impossível compreender as grandes alterações do uso, ocupação e organização do território português das últimas décadas sem levar em consideração os impactes deste tipo de políticas. Paradoxalmente, esses impactes são muitas vezes mais fortes do que os das políticas que têm os territórios como objeto explícito de intervenção. Em segundo lugar, as *políticas setoriais territorializadas*. É verdade que num país com grande tradição centralista como Portugal, onde imperam lógicas de decisão setoriais e verticais por comando e controlo, há pouco espaço para que as entidades de nível regional ou sub-regional ajustem orientações genéricas de âmbito nacional às especificidades dos territórios sobre os quais têm algum tipo de jurisdição. Mas também é certo que tem havido programas ou iniciativas que têm tentado essa aproximação em domínios tão distintos como o emprego e formação ou a saúde. Em terceiro lugar, *destacam-se as políticas territoriais explícitas dedicadas*, isto é, especificamente desenhadas para determinados tipos de territórios (áreas rurais, cidades, orla costeira, etc.) ou de escalas geográficas (local, regional). São, em geral,

políticas de desenvolvimento adjetivadas, ou seja, que visam o desenvolvimento de territórios específicos: desenvolvimento rural desenvolvimento urbano, desenvolvimento local, desenvolvimento regional, etc.

Em quarto lugar, existem as *políticas integradas de base territorial*, que correspondem, na verdade, não a um tipo de política mas antes a intervenções coordenadas de diferentes políticas pensadas de forma coerente para uma determinada área-problema/área-oportunidade. Finalmente, temos as *políticas de ordenamento do território*, cujo papel fundador é a regulação do uso, ocupação e transformação do solo mas que nas últimas duas décadas têm vindo a ganhar uma componente complementar mais estratégica, podendo, no limite, ter como objetivo enquadrar e condicionar todas as anteriores, como sucede, por exemplo, com o Programa Nacional das Políticas de Ordenamento do Território (PNPOT). Ao falarmos genericamente de políticas territoriais estamos, portanto, a subsumir a existência destes vários tipos de políticas e as possíveis tensões ou sinergias que podem existir entre eles. Por outro lado, a própria evolução dessas políticas vai alterando o modo como se relacionam entre si. Nos últimos anos, o conceito de *políticas de desenvolvimento territorial* tende a incluir os três ou quatro últimos tipos considerados, absorvendo-os e substituindo-os.

De que falamos quando falamos de políticas eficazes?

Existe um longo debate teórico e técnico sobre eficácia e eficiência das políticas públicas. Não tem sentido reproduzir aqui esse debate. Importa, isso sim, salientar que a eficácia e a eficiência das políticas públicas nos remetem para os meios e para a sua relação com os resultados obtidos, mas não para os fins das políticas.

O debate sobre a eficácia e a eficiência das políticas coloca o foco nos instrumentos e pressupõe uma visão basicamente gestonária. Melhores

práticas, legislação mais adequada, instrumentos mais avançados ou instituições mais capacitadas tornarão, certamente, as políticas mais eficazes e eficientes. Mas esta visão, que é decisiva, não pode ocultar uma questão mais profunda: a das finalidades das próprias políticas. E esta questão, por sua vez, não pode deixar de suscitar debates sobre visões alternativas, futuros desejados. Já não estamos, portanto, perante uma perspectiva basicamente reativa e gestonária em função do que existe, mas antes num registo transformador, que coloca no centro da sua formulação intencionalidades e futuros.

É por isso que o conceito de inovação societal é tão importante. As políticas públicas devem estimular a mudança e a transformação em função de determinados valores, desejos e finalidades, que têm de ser explicitados, justificados e debatidos. Este aspeto é particularmente importante no atual contexto de crise e transição, onde a inovação societal surge como uma condição para, recorrendo às palavras de Andy Stirling¹, passar de uma economia do conhecimento, baseada na ideia de progresso, para uma democracia da inovação, ancorada numa perspectiva de transformação.

De que falamos quando falamos de políticas participadas?

A participação pública, assim como a transparência, a prestação de contas e o permanente escrutínio público, fazem parte do discurso hoje prevalecte, ainda que muitas vezes apenas a um nível retórico. Aliás, nos últimos anos multiplicaram-se as formas e os dispositivos de participação pública, de que os orçamentos participativos são, talvez, a referência mais popular.

Independentemente do distanciamento que não

raro existe entre retórica e prática, a questão da participação pública sugere-me, neste contexto, três comentários.

Em primeiro lugar, a ideia de que a participação pública não se deve confinar a momentos predefinidos e circunscritos (por exemplo, período de participação pública no âmbito da elaboração de planos de ordenamento do território). Pelo contrário, e ainda que assumindo intensidades e modalidades distintas, a participação pública deve ocorrer ao longo de todo o ciclo de políticas, isto é, nas fases de formulação, execução, monitorização e avaliação. A existência de dispositivos institucionais que favoreçam este tipo de participação é, por isso, essencial.

Em segundo lugar, convém sublinhar que a participação só ganha verdadeira relevância quando se associa à possibilidade ou capacidade de decidir. A participação pontual e reativa pode ser importante como forma de resistência: evitar determinadas intervenções ou soluções, por exemplo. Mas na ótica transformadora anteriormente salientada, a participação deve ser um fator de mudança, de concretização de finalidades, de construção de futuros desejados. Os processos colaborativos de natureza deliberativa são, assim, essenciais. Neste âmbito, o debate sobre formas de governança territorial ganha uma importância indiscutível.

Em terceiro e último lugar, importa referir que, mesmo em contextos não diretamente deliberativos, ou seja, em que a participação não passa pelo envolvimento direto em processos de decisão, é fundamental ter a capacidade de influenciar decisões de terceiros. Na verdade, quem influencia decisões, ainda que não possa decidir, torna-se numa espécie de coautor inorgânico dessas decisões. Este aspeto é relevante para políticas locais, regionais e nacionais, mas também comunitárias. As redes translocais e transnacionais, envolvendo, por exemplo, cidadãos, organizações e municípios, devem contribuir para uma nova relação entre processos de decisão e políticas descendentes (*top-down*) e ascendentes (*bottom-up*), concor-

1) *Stirling, A. (2014). Towards Innovation Democracy? Participation, Responsibility and Precaution in Innovation Governance (No. 2014-24). SPRU-Science and Technology Policy Research, University of Sussex.*

rendo, por essa via, para uma melhor adequação entre necessidades, estratégias de adaptação e transformação e características socioculturais, económicas e político-institucionais territorialmente diversificadas.

E as organizações não-governamentais de desenvolvimento territorial?

Às organizações não-governamentais, sobretudo as que incluem na sua missão objetivos de animação e desenvolvimento territorial, deve caber um papel importante ao longo das várias fases do ciclo das políticas territoriais. A intervenção das ONG depende naturalmente das suas forças e capacidades, mas também das circunstâncias em que desenvolvem o

seu trabalho e do reconhecimento social que lhes é atribuído.

Deste último ponto de vista, não deixa de ser preocupante que num estudo recente sobre a opinião de cidadãos, empresários e autarcas do continente acerca da Economia do Futuro², apenas uma minoria reconheça as ONG como atores relevantes de mudança. É certo que, dado que a questão colocada incidia sobre as ONG em geral, muitos dos inquiridos terão talvez associado a sua intervenção a domínios de natureza social e não económica ou territorial. Mas este resultado

2) Ferrão, J. (Coord.) (2014), A Economia do Futuro. A Visão de Cidadãos, Empresários e Autarcas, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa. Acessível em: http://www.ffms.pt/upload/docs/economia-do-futuro-a-visao-de-cidadaos-empresarios_vjD3tgh3PEmeRby0cdx7KA.pdf

não deixa de representar um alerta para todos os que defendem a importância das ONG como atores de animação e desenvolvimento territorial, não por mera crença mas porque existe evidência empírica nesse sentido conforme a coletânea há pouco apresentada bem o demonstrou. Talvez os comentários decorrentes das quatro questões colocadas permitam vislumbrar melhor alguns aspetos que não podem deixar de integrar uma agenda de futuro que tenha o desenvolvimento territorial como finalidade e que reconheça as orga-

nizações que a ele se dedicam como atores relevantes.

É necessário consolidar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido e as boas práticas em que ele assenta.

É imperioso que as ONG de desenvolvimento territorial defi-

nam de forma mais clara as suas finalidades.

É fundamental conseguir que essas organizações comuniquem externamente a sua valia social distintiva face ao trabalho desenvolvido pelas empresas, pelas IPSS ou pelos serviços públicos. Finalmente, é importante que as ONG de desenvolvimento territorial produzam uma Carta Aberta dirigida aos cidadãos, esclarecendo a sua missão e o modo como atuam enquanto agentes de mudança, e que a enviem aos vários partidos políticos, sensibilizando-os para a relevância do seu papel num domínio que é decisivo para o dia-dia de tantos portugueses e para o futuro de tantos territórios.

in Seminário “Cidadania e Território: Desenvolvimento Local Sustentado”, 17.12.2014



A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O **MERCADO DE TRABALHO**



Eduardo Figueira *Professor Catedrático, Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração / Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias*

Sandra Saúde *Professora, Instituto Politécnico de Beja*

OS DESAFIOS DO CONTEXTO SÓCIO-ECONÓMICO

Nos nossos dias assiste-se a uma profunda mudança na organização económica, social e cultural de todos os países envolvidos nas redes mundiais de relações económicas e tecnológicas. Esta mudança obriga-nos a repensar as políticas e os sistemas de acção em muitos campos da atividade humana e, de uma maneira particular, no campo da Educação e Formação Profissional.

O emprego é uma preocupação central em todos os países europeus. A modernização dos sectores produtivos é indispensável para fazer face aos novos desafios da competitividade e do crescimento económico decorrentes da mundialização da economia, do carácter globalizante da sociedade de informação e da emergência de uma nova civilização fortemente estruturada no avanço do conhecimento científico e tecnológico.

Numa perspectiva de dinamização de estratégias adequadas ao progresso científico, económico e à modernização organizativa, a formação dos recursos humanos, já inseridos na vida activa ou de jovens a preparem-se para entrar no mundo do trabalho, torna-se mais primordial e prioritária hoje, do que em décadas anteriores. Também na perspectiva do reequilíbrio de estruturas e políticas de emprego e dos ajustamentos necessários a novas ordens de coesão social a que o desemprego obriga, reforça a urgência de novos programas e orientações nas políticas de formação específicas para determinados grupos sociais. Por outro lado, o campo de intervenção na Formação Profissional *deve alargar-se e estender-se* a todos os indivíduos, e a cada um, durante toda a vida. Isto é, a Formação Profissional *não pode (nem deve) ser encarada* como etapa (ou etapas sucessivas) de aquisição de conhecimentos, capacidades técnicas e sociais e competências específicas para o exercício de determinadas funções.

A Formação Profissional deve ser perspectivada e vista como um processo contínuo de desenvolvimento profissional de cada indivíduo, a fim de o habilitar a responder às diversas situações profissionais com que se deparará ao longo da vida activa (e inactiva), nesta sociedade em permanente mudança.

A resposta da Formação Profissional aos novos desafios e exigências decorrentes do modelo de crescimento, competitividade e emprego que suporta o Projecto Europeu não pode ser encarada apenas como uma questão quantitativa. Isto é, o investimento que todos os Estados Europeus e os seus respectivos parceiros sociais devem colocar no domínio da formação profissional terá de ser reequacionado e reorientado face às novas realidades sociais e económicas, designadamente no que se refere às relações entre formação e emprego e à constante inovação tecnológica que, para além de criar novas oportunidades e capacidades de aprendizagem, também coloca questões de natureza social que não podem deixar de ser consideradas.

AS NOVAS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

Hoje em dia cada vez são mais reconhecidas e exigidas novas competências para o exercício das tarefas profissionais, para já não falar dos desafios que se colocam ao exercício de uma cidadania responsável. Ninguém mais põe em causa a urgência de fomentar valores como sejam o da autonomia e da responsabilização de cada indivíduo, relativamente à sua própria vida pessoal, bem como relativamente ao modo como vive e se insere nas suas múltiplas relações socioprofissionais. Para além disso, a própria evolução do trabalho apela a uma renovação de conteúdos e a uma renovação das modalidades de formação. Ou seja, *a formação profissional, face aos desafios do futuro, deve desempenhar papel catalisador de uma so-*

cidade em constante mudança (White Paper of the EU, Growth, Competitiveness and Employment). Isto pressupõe que a formação profissional promova, entre outros aspectos, a adequação das qualificações profissionais à evolução dos mercados e das necessidades sociais, para além de realizar a sua função fundamental de contribuir para o desenvolvimento e satisfação pessoal, bem como para fomentar o exercício da cidadania. Por outro lado, a formação profissional, para além de proporcionar conhecimentos de base e competências de carácter tecnológico e social, deverá ter como objectivos, entre outros, o desenvolvimento das capacidades de evoluir e agir num ambiente complexo, de **aprender a aprender** ao longo de toda a vida, de reconstruir permanentemente conhecimentos e saberes (White Paper of the EU, Growth, Competitiveness and Employment). Isto é, a capacitação profissional deve também promover a aquisição de competências genéricas ou transversais no centro das quais está a competência de **aprender a aprender**. De facto, é através da reflexão crítica, em que se interrogam as ideias recebidas, as normas, as crenças e os quadros de pensamento estabelecidos que regem o nosso modo de ver, sentir, pensar e agir, que se promove as capacidades de autonomia e de responsabilidade dos indivíduos. Este é um dos desafios centrais que tanto os responsáveis políticos como os cidadãos em geral têm de enfrentar se queremos que as transformações e reformas necessárias para prosseguir no caminho do Desenvolvimento se concretizem. Seja em termos de qualidade das empresas seja em termos das competências dos trabalhadores, particularmente em situações de crise como a que vivemos, é decisivo que os indivíduos sejam cada vez mais flexíveis, capazes de resolver problemas, de decidir e de agir num ambiente complexo.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO NOVO MERCADO DE TRABALHO: SIGNIFICADOS, OBJECTIVOS E CONSTRANGIMENTOS

O processo de transição da sociedade industrial que temos experienciado nestas três últimas décadas tem feito emergir profundas alterações naquilo que eram os referenciais conceptuais e metodológicos de intervenção na relação mercado de emprego-trabalho-qualificações. Um primeiro tópico central de reflexão é aquele que se refere ao próprio conceito de emprego. O emprego tem vindo a revelar-se, no universo europeu em que Portugal se insere, como um bem escasso, num contexto em que o desequilíbrio oferta-procura de emprego assume cada vez mais uma natureza estrutural. Daí que as medidas tradicionais contra o desemprego, tenham vindo a revelar-se cada vez menos eficazes e exequíveis para solucionar os problemas. É assim necessário conceber novas orientações estruturadas e adequadas às actuais realidades sociais e económicas para que a relação emprego-formação assuma o papel impulsionador do Desenvolvimento que lhe está reservado.

Para qualificar os empregos, para definir os perfis profissionais, eram habitualmente utilizados como referenciais, postos de trabalho, profissões e níveis de qualificação relativamente estáveis. Agora estamos perante uma realidade bastante mais fluída, complexa, instável, cada vez mais afastada do que costumavam ser os conteúdos dos empregos. Como factores influentes dessa nova dinâmica podemos invocar:

a) A mobilidade dos trabalhadores no mercado de emprego europeu contribui para a complexificação e a diversificação das competências correspondentes ao exercício de uma profissão, como consequência das diferentes dimensões das empresas, das diferentes filosofias e formas de organização do trabalho, dos diferentes estádios de desenvolvimento tecnológico, etc.

- b) A crescente globalização da economia que supostamente facilitaria uma certa uniformização das competências/perfis profissionais, tem também apontado para a necessidade das empresas trabalharem para nichos de mercado, e conseqüentemente, para a especialização das competências.
- c) A criação de novos produtos, com ciclos de vida cada vez mais curtos, a transformação de novos materiais e a utilização de novas técnicas induzem à obsolescência cada vez mais rápida das competências profissionais.
- d) A introdução de novas tecnologias e a “desindustrialização” do tecido produtivo, induzidas quer pela nova configuração dos processos de produção e comercialização de bens, quer pelo aumento do peso relativo da componente até agora designada por “sector de serviços” quer pelo aumento da qualificação dos recursos humanos disponíveis, têm vindo a provocar o desaparecimento do trabalho indiferenciado e semiqualficado das empresas, a crescente “intelectualização” dos empregos e maior exigência na competência da competência relacional-afectiva como ingrediente fundamental para o sucesso dos desempenhos profissionais.
- e) As novas formas de organização do trabalho, por sua vez, apontam para uma cada vez maior compactação horizontal e vertical das qualificações. Isto é, menor especialização profissional com maior extensão das funções exercidas pelo mesmo profissional (mais polivalência) e menos níveis hierárquicos com mais competências não só em questões de natureza operativa mas também em termos de actividades de coordenação, chefia e direcção das funções produtivas (mais pluricompetência).
- f) As novas formas de organização e de prestação de trabalho induzem à necessidade de competências nos domínios da gestão, planeamento, organização e controlo do próprio trabalho assim como em termos de responsa-



bilização, cooperação, e de acção tendo em vista a solução dos problemas com que dirariamente os indivíduos se confrontam nos seus locais de trabalho.

Para complexificar ainda mais a situação actual, acrescenta-se a constatação de que o emprego, enquanto categoria social estável constitui, hoje em dia, um “bem cada vez mais escasso” tendendo a deixar sempre de fora uma parte importante da população em idade activa. Sem solução imediata à vista, este “produto” da sociedade pós-moderna conduz à proliferação de exercícios especulativos, tentativas de solução mais ou menos exequíveis. Assim, ouve-se dizer, com alguma frequência, que “o emprego é pouco, mas o trabalho é muito”, sugerindo a necessidade de ajustar os tradicionais conceitos de “emprego” e de “trabalho”, quer em termos técnicos quer em termos da sua representação /imagem social.

A noção de “partilha do emprego, partilha do trabalho disponível” em vez de “despedir uns para manter o emprego /trabalho de outros”, tem vindo a ser defendida e até aplicada, sendo disso exemplo as situações de trabalhadores que aceitam, numa dada empresa reduções do horário de trabalho com redução de remuneração para assegurarem um maior nível de empregabilidade, o que até há pouco tempo atrás, seria considerado não razoável. Começa, simultaneamente, a tornar-se credível e valorizada a noção de “ocupação produtiva” como recurso para contrariar os efeitos perversos que a inactividade induz nas pessoas, nomeadamente naquelas com mais dificuldades para ace-

A imagem de uma qualificação apenas centrada na aquisição de saberes-fazer operativos imediatos deve ser afastada de vez do nosso horizonte em termos de sistema de formação profissional.

der ou reaceder ao emprego, e para tirar proveito das suas capacidades de trabalho para a realização de tarefas importantes no âmbito da qualidade de vida das populações e preservação da comunidade. Nesta linha de pensamento e actuação tem-se vindo a defender e a promover a ocupação útil/produziva de trabalhadores que recebem subsídio de desemprego quer em ocupações de natureza temporária quer na frequência de actividades formativas, preparando-os para outras actividades. Insere-se aqui também a questão do trabalho voluntário que, infelizmente, não está ainda adequadamente regulamenta-

da e, por isso, não devidamente aproveitada.

Apesar destas tentativas e destes exercícios, a problemática do emprego/desemprego necessita de um novo olhar sobre o mercado de trabalho que considere o seu carácter mutável, imprevisível e até contraditório. Neste novo contexto é estratégico o papel que cabe à Formação Profissional enquanto dinamizador da

mudança e da capacidade de adaptação. A Formação Profissional pode e deve constituir um caminho, uma via que consiga pôr em “diálogo” os diversos actores envolvidos no novo contexto da relação mercado de emprego-trabalho-qualificações. Há que quebrar fronteiras e destruir tabus, a fim de que o Sistema de formação Profissional não continue a ser considerado o “parente pobre” das políticas de regulação do mercado de trabalho. A Formação Profissional tem que ser reabilitada e revitalizada, tornando-a um produto actualizado e ajustado às necessidades, interesses e objectivos de todos os actores sociais, económicos, empresariais, educativos, en-



volvidos no processo. A imagem de uma qualificação apenas centrada na aquisição de saberes-fazer operativos imediatos deve ser afastada de vez do nosso horizonte em termos de sistema de formação profissional. A actividade formativa deve ser encarada e utilizada pelos indivíduos como um instrumento habilitador de uma qualificação geral sólida e de uma cultura científica e tecnológica que funcionem como sustentação da sua qualificação técnica e operativa. Tanto as instituições, em geral, como as empresas, em particular, necessitam de indivíduos autónomos e empreendedores que tenham a capacidade de se adaptar aos novos desafios que constantemente vão surgindo. Neste sentido, os referenciais para determinar os perfis de competências já não podem ser apenas os postos de trabalho, as profissões entendidas em sentido estrito, mas antes, referenciais bem mais amplos, como sejam as funções e as áreas profissionais,

os contextos empresariais e tecnológicos, os mercados de trabalho e os ambientes sociais. Esta perspectiva leva-nos inexoravelmente às noções de qualificação enquanto aprendizagem ao longo da vida, e enquanto processo de partilha de necessidades, interesses, valores e objectivos entre todos os intervenientes no mercado de trabalho num esquema, tão eficiente e eficaz quanto possível, de parceria. A teoria, no entanto, na maioria dos casos não condiz com a prática, e no caso português são vários os problemas que dificultam a operacinalização desta nova perspectiva. Citamos apenas alguns:

a) Uma das principais razões é a fraca participação dos parceiros sociais na definição, planeamento e implementação de políticas de desenvolvimento e emprego a nível nacional, regional e até local. Há uma fraca articulação entre a formação, o emprego e a actividade económica.

b) Não têm havido suficientes esforços para adequar a formação profissional inicial e contínua e a mudança social, nem em termos dos conteúdos programáticos nem das estratégias de aprendizagem. Por um lado, não foi levada a cabo uma identificação ou avaliação sistemáticas das necessidades sociais e profissionais. Por outro lado, a relação entre formação e emprego tem vindo a mudar bastante ao longo dos últimos anos.

c) As formação escolar e extra-escolar não estão devidamente articuladas. Para além disso, os programas de formação extra-escolar não estão articulados entre si. Esta situação faz com que seja difícil alcançar a eficácia e a eficiência desejada no sector da formação profissional.

d) Há uma participação muito fraca da sociedade civil na definição dos objectivos de formação inicial e contínua. Não existe um trabalho conjunto no sentido de definir objectivos e competências para as diversas entidades.

e) A procura de actividades formativas é ainda relativamente pequena e insuficiente para as necessidades, designadamente em termos de capacidade empreendedora. A maior parte das PME's não encaram o desenvolvimento dos recursos humanos como um factor importante para se tornarem competitivas. Para além disso, vêem a formação como um custo e não como um investimento que aumenta a

possibilidade dos seus empregados irem para outras empresas.

f) O Ensino Técnico não está suficientemente desenvolvido, deixou de possuir a boa imagem pública que tinha antigamente e não supre as necessidades, cada vez maiores, que são sentidas ao nível dos técnicos médios e operários qualificados.

O Alentejo é uma das regiões mais pobres a nível nacional e europeu com um PIB de cerca de 50% da média europeia, com a mais alta taxa de desemprego do país rondando os 18%, com uma estrutura empresarial bastante debilitada e fundamentalmente dos sectores da Agricultura e do Comércio e Serviços.

Portugal parece ter, portanto, um longo trabalho de evolução e renovação a desenvolver nesta matéria para que seja possível tornar estes bloqueios estratégicos tanto mais que atravessa uma crise que só será vencida se tivermos cidadãos mais competentes e conscientes e interventivos na vida comum. Este desafio ultrapassa a “simples” renovação do mercado de trabalho, do ambiente empresarial, do sistema educativo implicando sobretudo uma modificação de valores, significados e de culturas.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO: A SITUAÇÃO NO ALENTEJO

As deficiências e estrangulamentos detectados no sistema de relações mercado de emprego-trabalho-qualificações a nível nacional, evidenciam, por sua vez, expressividades distintas em função das regiões. De facto, Portugal é um país com níveis de crescimento económico muito diferentes e que dividem o país “industrializado”,

zona litoral, do não industrializado, interior, votado ao “empobrecimento” social e económico. O Alentejo é um desses exemplos.

O Alentejo é uma das regiões mais pobres a nível nacional e europeu com um PIB de cerca de 50% da média europeia, com a mais alta taxa de desemprego do país rondando os 18%, com uma estrutura empresarial bastante debilitada e dependente fundamentalmente dos sectores da Agricultura e do Comércio e Serviços. Não é pois de admirar a vaga crescente de desertificação humana que a região atravessa.

As carências que o Alentejo revela também ao nível do emprego, da educação e da formação profissional estão bem presentes nos vários indicadores das estatísticas oficiais. Aos números que demonstram a precariedade contratual de uma margem significativa da população activa empregada, a muito baixa escolaridade média da população residente, a alta taxa de abandono es-

colar antes e após cumprida a escolaridade obrigatória, junta-se-lhe a informação qualitativa e quantitativa que evidencia uma rede de formação limitada e pouco diversificada. Esta limitação é fruto, em parte, da escassez da procura e dos recursos físicos e humanos disponíveis, uma vez que um dos efeitos negativos da recessão demográfica é a descida do volume de população abaixo dos níveis necessários para a diversificação das ofertas e para a sua própria regeneração tomando em consideração o território disponível. Mas é igualmente fruto dos objectivos assumidos para a formação, pelos actores do planeamento nacional e regional, e do modo como é concebido o papel deste “sistema de aprendizagem” na promoção do (des)envolvimento.

No Alentejo complementam-se três tipos de redes de equipamentos de formação: os estabelecimentos do secundário, a rede de formação do Instituto de Emprego e Formação Profissional e



as escolas profissionais. Para além dos problemas estruturais e conjunturais resultantes:

- a) do carácter fortemente centralizado de todo o Sistema de Formação Profissional;
- b) da ineficiente regulamentação e coordenação da educação e da formação extra escolar;
- c) da insuficiente participação social no processo de planeamento e definição operacional dos programas de formação), etc...

A formação profissional no Alentejo resente-se ainda do seu efeito social eminentemente utilitarista e provisório. Quer o jovem à procura do primeiro emprego, o desempregado, ou até mesmo o empregador associam frequentemente à formação imagens como as de:

- *ocupação remunerada provisória,*
- *aprendizagem descontextualizada da realidade profissional,*
- *punição,*
- *despesa desnecessária, entre outras.*

Isto mesmo testemunham as estatísticas oficiais que reflectem:

- a predominância na formação inicial de jovens que abandonaram o sistema escolar,
- o número mais expressivo de formandos à procura do primeiro emprego do que desempregados,
- o volume reduzido de acções de formação e de formandos em processos de reciclagem profissional.

Neste contexto, o sistema de formação parece, assim, mais uma estrutura ao serviço da artificialização momentânea do problema do desemprego, do que propriamente um instrumento de reconversão, revitalização e mudança que o Alentejo tanto precisa.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO: JWFI, UM EXEMPLO A SEGUIR?

A discussão da relação mercado de trabalho-formação profissional obriga-nos a olhar para as especificidades nacionais, regionais e locais onde se combinam culturas, valores e significados próprios. Cada caso é um caso, passível de interpretação mas não de generalização. Na tentativa de homogeneização e identificação dos denominadores comuns perde-se a diversidade, estruturadora e estruturante da vida em sociedade. É por isso relevante e adequado trazer à discussão o exemplo da *Iniciativa do Emprego e da Força de Trabalho* (JWFI: Jobs and Workforce Initiative) desenvolvida em Cleveland, uma das regiões do “Midwest” dos Estados Unidos da América.

Como muitas comunidades dos Estados Unidos, sobretudo no Midwest, a região de Cleveland estava a passar por uma das taxas de desemprego mais baixas das últimas décadas do anterior milénio. Esta taxa andava então à volta dos 5% na maior parte da região ao longo dos últimos anos. Embora positivo, a baixa taxa de desemprego contribui de forma significativa para os desafios enfrentados pelos empregadores. Cerca de 50% das empresas da área afirmavam ter dificuldade em encontrar trabalhadores qualificados. Existia pois um desajustamento entre o perfil de competências exigido pelos empregadores e o realmente detido pelos candidatos a empregados. A ideia de que os empregadores se devem envolver directamente na procura de soluções para os problemas da sua força de trabalho, participando na identificação dos perfis profissionais necessários, no desenho dos currículos de formação e na supervisão da qualidade dos programas de formação, foi estratégica e representa um bom exemplo a ser seguido em Portugal. Com o apelo à participação no processo de planificação da formação, os autodenominados líderes da ini-

ciativa JWFI (Iniciativa do Emprego e da Força de Trabalho) esperavam então, em conjunto, conseguir estimular as instituições da comunidade para a conjugação de esforços no sentido do aumento da eficácia e eficiência dos processos de formação e educação a desenvolver.

Esta “*workforce*” estruturou-se em função de seis objectivos estratégicos:

1. Criar uma rede de trabalho, a nível regional, de centros de serviço de emprego e de formação para o trabalho, que tratam os empregadores como os seus principais clientes. A JWFI concluiu que esses centros atrairiam um número significativo de empregadores se tivessem sistemas de informação eficazes, se oferecessem soluções, em termos de transporte, para incompatibilidades geográficas entre os empregos e aqueles que procuram empregos, se dessem uma resposta rápida às necessidades de formação, se tomassem atenção à avaliação e às recomendações dos candidatos, feita com base nos padrões de competências definidos pelo empregador e se facilitassem ao empregador o acesso a trabalhadores com uma grande variedade e níveis de competências.
2. Desenvolver iniciativas de formação técnica, que pudessem dar resposta às necessidades ocupacionais e às exigências, em termos de competências, identificadas pelo empregador.

A ideia de que os empregadores se devem envolver directamente na procura de soluções para os problemas da sua força de trabalho, participando na identificação dos perfis profissionais necessários, no desenho dos currículos de formação e na supervisão da qualidade dos programas de formação, foi estratégica e representa um bom exemplo a ser seguido em Portugal.

A JWFI recomendou assim, fortemente, que as acções de formação tivessem por base exigências, a nível das competências, definidas pelo empregador e que envolvessem, de forma activa, os empregadores na definição dos currículos e na avaliação da forma como a formação estava a ser levada a cabo. Para tal, foi sugerido que se deveriam formar redes de trabalho das instituições/empresas que partilhassem necessidades de ocupações ou de conjuntos de competências semelhantes; assim, seriam garantidos empregos para aqueles que acabassem os cursos.

3. Criar um FORUM permanente de discussão a nível regional. Através deste FORUM, algumas das organizações cívicas e empresariais, nomeadamente organizações de comércio, sindicais, governamentais e dedicadas à educação e formação, encontravam-se com alguma frequência. Este FORUM ajudaria a desenvolver uma compreensão comum dos desafios da equipa de trabalho e a determinar estratégias adequadas às necessidades de cada contexto.

4. A JWFI recomendou um maior envolvimento da comunidade no sentido de garantir a qualidade da formação e dos serviços de procura e de oferta de emprego no âmbito das competências definidas pelo empregador. Para além disso, o empenhamento da comunidade também deve permitir a melhoria do sistema de avalia-

ção de desempenho e de acompanhamento dos candidatos formados colocados num posto de trabalho. Assim, conseguir-se-ia reunir indicadores imprescindíveis para a avaliação e controle da formação ministrada.

5. A Aliança da-Escola-para-o-Trabalho para a região de Cleveland (um dos “produtos” da JWFI) adoptou a disseminação de um conjunto de competências como um dos seus objectivos prioritários e está actualmente a conseguir que as escolas da região as incorporem no seu ensino.
6. Estabelecer um fundo de inovação com objectivo de apoiar o desenvolvimento de programas que visassem melhorar a capacidade da região para dar resposta ao desafio de ajusta-

mento das competências dos recursos humanos às necessidades empresariais.

A JWFI como projecto e estrutura, conseguiu despertar toda a comunidade para a necessidade de um envolvimento mais activo e interessado na discussão e procura de soluções para os desafios do mercado de trabalho. Inegavelmente a JWFI mudou a forma como a zona nordeste de Ohio preparou a sua “força de trabalho”, garantindo uma resposta mais rápida às reais necessidades das entidades empregadoras. Na zona nordeste de Ohio, os residentes viram assim facilitado o processo de procura de emprego através da melhoria do sistema de relações mercado de emprego-trabalho-qualificações.



BIBLIOGRAFIA

European Comission, (1993), *Crescimento, Competitividade, emprego - Livro Branco*, Luxemburgo: Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

European Round Table of Industrials,(1995), *Uma educação Europeia*, Bruxelas: Serviço de publicações da ERT.

Fonseca, António, (1995), *Que formação para o século XXI?*, in Formar, n° 15, Lisboa: I.E.F.P, 44-49.

Rodrigues, Maria João, (1994), *Competitividade e Recursos Humanos*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.



e CONCEITOS PRÁTICAS

DE AGRICULTURA FAMILAR

Ademário Alves *Mestrando em Geografia*

Hunaldo Lima *Mestrando em Geografia*

EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR 27

Brasileiro de Geografia e Estatística) – e, dada a dificuldade, este não foi elaborado com tal objetivo.

A escolha para definir a agricultura familiar, ou definição de um critério para separar os estabelecimentos familiares dos patronais, não é uma tarefa fácil, ainda mais quando é preciso compatibilizar esta definição com as informações disponíveis no Censo Agropecuário do IBGE, sabidamente não elaborado para este fim. (INCRA/FAO, 2001, p.10).

O cerne da questão extrapola o contexto somente da extensão dos estabelecimentos, para alguns a variável mais importante na diferenciação, pois para outros além desta existem outros diferenciadores. Segundo BLUM, a agricultura patronal tem características próprias que as distanciam da familiar.

O proprietário, na maioria das vezes, não mora na propriedade. Geralmente, são propriedades de médias a grandes, acima de 200ha; usam alta tecnologia (total mecanização das culturas e uso racional de insumos modernos, com fertilizantes, corretivos, inseticidas, herbicidas, fungicidas, e bom manejo das culturas) e recorrem ao crédito rural para viabilizar o seu sistema produtivo. A renda provida da atividade agrícola é boa devido à grande escala de produção” (BLUM, 1999, p. 71).

A discussão agricultura familiar e patronal vai além das categorias expostas. Menção a contratação de mão-de-obra assalariada, venda da força de trabalho e a integração econômica com mercado, seja interno ou externo, de fundamental importância para a sua sobrevivência. Segundo BLUM, estes também são motivos de diferenciações das distintas categorias. Blum (1999: 71) “São propriedades cuja produção é voltada para o mercado, quando mão-de-obra contratada em número maior do que nas propriedades familiares”.

A agricultura familiar no Brasil tem sido alvo de discussões. Conceituá-la evidencia rigoroso cuidado técnico quanto às definições e objetivos a serem atingidos.

Autores têm procurado centralizar esforços em torno da questão agrária. As discussões nos últimos anos têm extrapolado as fronteiras acadêmicas, envolvendo parte considerável da sociedade, igreja, partidos políticos, programas governamentais, entidades de classe, tipo OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), AGB (Associação dos Geógrafos do Brasil), e principalmente intelectuais ligados à questão.

A compreensão da agricultura familiar deve-se ao entendimento da sua diferenciação de outras categorias, principalmente patronal, e de sua própria conceitualização, de ordem científica, de planejamento e outros. Diante deste pressuposto poderá se trabalhar a sua viabilidade ou não a nível regional, estadual, nacional e até mundial.

AGRICULTURA FAMILIAR

O debate da agricultura familiar dá-se por duas vias; a que define, conceituando-a, e a que procura diferenciá-la de outras categorias, principalmente a agricultura patronal. Dessa forma o que vai caracterizar a óptica de cada autor é a metodologia utilizada – ao referir-se ao tamanho dos estabelecimentos que cada produtor dispõe, a utilização de empregados, a capacidade de utilização de capitais.

A diferenciação das categorias agricultura familiar e patronal evidencia a dificuldade desta separação. Segundo estudos do INCRA/FAO – material de melhor conteúdo para a análise é o Censo Agropecuário do IBGE (Instituto

A definição de agricultura familiar não é simples para MOURA (1996), segundo DINIZ (1996, p. 18) “*é perigoso e inútil classificar*”, alusão ao camponês como categoria familiar, para ABRAMOVAY (1992), nem sempre o agricultor familiar pode ser definido como camponês, segundo STÉDILE (1994), chama a atenção que a agricultura familiar também difere de pequena produção, a partir da inserção da modernização nesta unidade. “*Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponês*” (1992, p.22). O referido autor enfatiza ainda que: “*Se é verdade que a modernização foi baseada na agricultura familiar, não se trata, porém, de pequena produção, mais que isso existe um verdadeiro abismo entre esta agricultura familiar moderna e aquilo que entre habitualmente, se entende por pequena produção*” (1994, P. 104).

A nível científico e de planejamento é importante à compreensão do conceito para melhor entendimento e utilização de programas de apoio ao segmento agricultura familiar. Para o Planejamento com fins do financiamento, segundo BLUM (1999), o PRONAF (Programa Nacional para a Agricultura Familiar), através de metodologia própria considera agricultura familiar, aquela que segue os padrões de obter renda bruta inferior a 27.5500,00, deste 80% vier de exploração agrícola e rebatimento para atividades de avicultura, piscicultura, suinocultura, propriedade inferior a quatro módulos fiscais, em épocas de oferta de trabalho, quando necessário contratar empregados temporários, e possuir no máximo dois empregados permanentes.

Com diferenciações de variáveis utilizadas pelo PRONAF, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), segundo BLUM (1999, p. 62), ao definir a agricultura familiar salienta

algumas características básicas. BLUM (1999: 62) define ainda que: “*A gerência da propriedade rural é feita pela família, o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família, os fatores de produção pertencem à família (exceto, às vezes a terra) e são possíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes*”.

Na análise das definições é necessário o cuidado em identificar a complexidade do problema. Para isso consideram-se algumas características indispensáveis a elaboração dos conceitos propostos. LAMACHE, chama a atenção para o fato destas características contribuírem para a formação de tais conceitos.

A exploração familiar, tal como a concebemos corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração. (LAMACHE, 1993, P. 15).

Percebe-se o quanto é difícil o conceito de agricultura familiar. No entanto nas definições encontram-se variáveis específicas que mesmo não chegando a conceitualização, demonstra características fundamentais como: extensão dos estabelecimentos, contratação e venda da mão-de-obra gerenciamento e trabalho desenvolvidos pelos membros da família.

Quando se discute a agricultura familiar. Duas correntes emergem, uma liderada por aqueles a favor, a oposta procura mostrar a inviabilidade de se realizar agricultura familiar nos tempos atuais, alegando para isso a baixa produção e conseqüentemente a dificuldade de obter-se técnicas modernas a fim de que se atinjam melhores resultados.

No Brasil entre os que defendem, este segmento como solução para o desenvolvimento do setor agrícola e conseqüentemente de toda a econo-

mia do país, uma vez que o campo tornar-se-á gerador e distribuidor de renda, boa parte dos estudiosos, inspirados nos modelos americano e europeu, alegam, segundo STÉDILE (1994, p.77).

Na maioria pode-se mostrar convincentemente que as forças endógenas as colocam em pé de igualdade, em termos microeconômicos, e que são fatores exógenos que dariam vantagens de uma sobre a outra. Trata-se portanto de procurar saber quais foram esses fatores exógenos que favoreceram a afirmação da agricultura familiar em todas as economias capitalistas, durante a primeira metade do século XX, isto é, durante a transmissão para a idade de ouro do capitalismo.

Reafirmando a importância da agricultura familiar, LOPES E MOTA, em estudo recente afirmam que apesar das dificuldades em determinadas

áreas é visível a melhoria de qualidade de vida do agricultor familiar. LOPES E MOTAM (1997:163) argumentam que

Apesar de tudo é patente a significativa melhoria das condições de vida e de renda dos produtores familiares de Jacarecica e Ribeira, como provam não apenas a renda por eles obtidas, mas também nas condições sociais-saneamento, energia elétrica e qualidade das habitações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta etapa do estudo, será realizada a análise da agricultura familiar no Brasil e em Sergipe, apesar desta última estar embutida na primeira, nem sempre será possível observar similitudes. No país encontram-se elevadas diferenciações regionais, estaduais e até municipais, quanto ao objeto em questão, fator importante é a metodologia que será aplicada para a conceitualização



zação da problemática, apesar de consideráveis estudos terem como fonte primária o Censo Agropecuário, cada autor utiliza sua própria metodologia.

Em Sergipe, DINIZ, (1996, p. 19), enfoca os estabelecimentos até 20 hectares, mas segundo o autor “Embora houvesse indicações de que esse limite poderia se ampliar até 100 hectares”, por vez ao estudar o Sertão sergipano do São Francisco, ANTONELLO (1994), utiliza estabelecimentos inferiores a 100 hectares, percentagem da área com mandioca, do pessoal empregado, das despesas com salários, dos membros remunerados da família, para trabalhar com a categoria “camponês”, de base estritamente familiar. No Brasil à extensão dos estabelecimentos em análises, são tratados diferentemente destes autores. Além da extensão cada estudioso define quanto à forma de administrar, contratação e venda da força de trabalho, residência e outros.

AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Os primeiros indícios da agricultura familiar no Brasil data-se do Período Colonial, no século XVI no Nordeste brasileiro. Nessa fase que se iniciam os primeiros núcleos de ocupação do território.

A colonização brasileira finalizou-se na segunda metade do século XIX, quando as políticas migratórias e a abolição da escravatura começam a fazer parte do cenário político, aliado a isso, o clima de instabilidade sócio-econômico que caracteriza essa fase da história política nacional faz desencadear outros modelos.

É importante salientar que a agricultura camponesa surge coberta de grande precariedade,



tanto no plano econômico, político, judiciário e social, contribuindo para o seu controle dos meios de trabalho e de produção, ao referir-se à problemática no Brasil.

Segundo LAMACHE, (1993 p. 180):

Pode-se afirmar desde então, de maneira geral, que a agricultura camponesa nasceu no Brasil sob o signo da precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de produção e especialmente, da terra; caráter extremamente rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção; pobreza da população engajada nestas atividades, como demonstra a grande mobilidade espacial e a dependência ante a grande propriedade.

A agricultura familiar no Brasil apresenta caráter regional desde a sua formação no Nordeste. Caráter expresso pela extrema pobreza dos grupos que viviam ao lado da grande propriedade monocultora completamente isolados. Construíam suas casas às margens dos rios e cultivavam os produtos alimentícios, ou de subsistência, em épocas de crise da grande propriedade, estes “sitiantes”, em alguns casos, cultivavam as terras do grande proprietário e eram “protegidos”



por seus senhores, tal situação era modificada quando o crescimento da atividade canaveira atingia bons resultados.

Os pequenos agricultores tinham suas terras tomadas e cada vez mais instalavam-se às margens, do sistema produtor, não participando do mercado, quanto em termos de ocupação, servindo-se das piores terras.

A agricultura familiar ocupa-se em produzir os alimentos que a grande propriedade de cultura voltada para exportação não interessa, como observa-se na afirmação de STEDILE (1994: 119): *A produção de alimentos, ocupa áreas residenciais não ocupadas pela agricultura de exportação (seja no interior no interior da grande propriedade ou na sua periferia) ou áreas ainda não ambicionadas por interesses mais poderosos (fronteira agrícola)*”.

A modernização da agricultura brasileira tem sua origem na década de 1960 e não atende o conjunto das necessidades para o setor.

Observa-se que tal fenômeno não resolveu os problemas relacionados à miséria presente no campo brasileiro, pelo contrário, desarticulando o setor agrário. A modernização causou liberação de mão-de-obra para a indústria, deu origem

aos grandes fluxos migratórios verificados no período.

Quanto ao tipo de modernização analisada no Brasil. Nota-se que ela não é somente conservadora como incompleta, segundo LAMACHE, ao escrever sobre a modernização, da agricultura brasileira.

Por outro lado, a modernização da agricultura brasileira vem sendo realizada de maneira parcial e incompleta. Assim, por exemplo, para uma grande parte das culturas praticadas – inclusive às que são consideradas modernas – a colheita não é mecanizada. Isso só é possível, na medida em que, uma vez, a propriedade fundiária mantém seu controle sobre a

força de trabalho rural e engendra um contingente humano que se reproduz de forma miserável. (LAMACHE, 1993, p. 183).

A modernização da agricultura teve como carro-chefe o Estado, que priorizou o setor industrial e estabeleceu o papel a ser seguido pela agricultura. Caberia a este produzir capitais para o financiamento industrial. Com objetivo de completar o Projeto político da substituição de importações, como descreve GRAZIANO DA SILVA (1999, p. 87):

Postulava-se, aí, que a indústria deveria liderar o processo de desenvolvimento econômico e que à agricultura caberiam os papéis de “financiar” o esforço de substituição de importações (fornecendo as receitas cambiais necessárias via exportação de produtos primários), promover matérias-primas para a indústria nacional nascente e alimentar a crescente população urbana do país.

No Brasil, apesar das políticas governamentais serem voltadas para as propriedade patronais, no limiar da história, percebe-se importância do seg-

mento agricultura familiar, estando com produção significativa em cultivos de elevado destaque no cenário nacional e mundial, ver Tabela 01.

Observa-se que na Tabela 01, estão contidos elementos de elevada importância para o setor agrícola nacional, alguns voltados para o abastecimento do mercado

interno, outros externo. A tabela 01, demonstra a participação da agricultura familiar na produção agrícola brasileira.

Alguns produtos ultrapassam a cifra dos 50% da participação, caso do café, tradicionalmente cultivado em grandes propriedades, para exportação, o feijão, comumente para o mercado interno e próprio sustento, a uva, cultivada no Sul, por colonos europeus, o leite, apesar da pecuária bovina ser exercida em grandes propriedades, este derivado encontram-se em 61% de seu total na agricultura familiar. Produtos de destaque mundial e crescente avanço no território, caso da soja e da laranja, contém considerável participação deste segmento.

AGRICULTURA FAMILIAR EM SERGIPE

Em Sergipe, desde o período colonial à atualidade predominou a grande propriedade, inicialmente de força escravista, depois assalariamento direto e indireto. Segundo DINIZ (1996), nos séculos XVII e XVIII, voltado para a criação de gado, posteriormente a cana-de-açúcar. Com

Tabela 01
Brasil | Produção Agrícola | 1996

PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Alimentos	Produção Total	Produção das Propriedades até 100 Ha	% Sobre o Total
Soja (toneladas)	21.559.458	5.396.932	25,03
Milho (toneladas)	25.484.213	11.307.833	44,37
Feijão (toneladas)	2.060.027	1.462.824	71,00
Trigo (toneladas)	1.427.567	646.194	45,26
Arroz (toneladas)	8.047.030	2.340.208	20,00
Café (toneladas)	2.825.646	1.529.295	54,12
Laranja (mil frutos)	78.139.783	29.309.121	37,51
Leite (mil litros)	13.420.608.995	8.296.611.203	61,82
Bovino (cabeças)	152.544.688	40.949.799	26,84
Suínos (cabeças)	27.696.590	21.778.659	78,62
Aves (cabeças)	717.640.995	561.366.373	78,22

Fonte: BLUM, 1999 p.79

sucessivas crises encontra-se fortemente até 1940, diminuindo com o fortalecimento da pecuária no Cotinguiba.

Permeando as culturas das grandes propriedades, aparece o posseiro, segundo DINIZ (1996, pp. 51-52). *“Invadiam as terras ocupadas pertencentes ao grande proprietário”*, áreas de difícil acessibilidade, nos limites das sesmarias, em terras de menor valorização, semi-explorada, abandonada, produziam para o mercado.

Além da figura do posseiro, com mola inicial da formação da agricultura familiar em Sergipe, não se pode esquecer do vaqueiro, importante na expansão da atividade pecuarista no Sertão. Este recebia como forma de pagamento a quarteação (de quatro animais nascidos na Fazenda, um ficaria com o vaqueiro), segundo DINIZ, o vaqueiro através destes animais passou a criador, nascendo nova modalidade da pequena propriedade em Sergipe, que resistem em determinados locais até hoje. Para DINIZ (1996: 51/52): *Na expansão do povoamento para o Sertão, não se pode ignorar a figura do vaqueiro, utilizando-se da quarteação, acabou por se transformar em criador, dando origem a uma estrutura camponesa de pequenos pecu-*



aristas..." (1996, p. 35).

A pequena propriedade esteve atrelada a produção de cultivos alimentícios, milho, feijão, arroz e mandioca, abastecendo as cidades do Estado e algumas baianas. Fator importante na consolidação da agricultura familiar em Sergipe, segundo DINIZ (1996) fora a Guerra de Secessão (Estados Unidos, 1861-1896), devastamento dos campos algodoeiros americanos, estimulou a produção no Estado, abastecimento das indústrias têxteis inglesas. Os incentivos foram animadores, que até os grandes proprietários passaram a produzir o algodão. Com retomada dos campos americanos, entra em decadência a produção sergipana.

No século XX, percebe-se ordenação espacial

da produção familiar em Sergipe, no Oeste, destacam-se os cultivos de milho, feijão, mandioca e algodão, associados ou não a pecuária, em especial a bovina, no Litoral o coco-da-baía, no Agreste, de maior diversificação, em circunvizinhanças de Itabaiana, frutas e hortaliças, em Lagarto, o fumo, o maracujá e a laranja, este último se estende por todo Centro-Sul do Estado, no Baixo São Francisco, em áreas de várzeas, o arroz.

Salienta-se a ação do Estado na agricultura local, apesar de contraditório, por vez priorizando os grandes proprietários (agricultura patronal), é inegável a importância deste ao criar Programas e Projetos, a exemplo do POLONORDESTE, segundo DINIZ (1996), o Governo implantou 23 colô-

nias entre 1977 e 1987, dando maior dinamismo a pequena produção sergipana.

O Projeto Nordeste, elaborado através da ação do PAPP (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural), financiou o “Chapéu de Couro (no Governo de João Alves Filho) e o “Campo Verde”(no de Antônio Carlos Valadares), obtiveram repercussão estadual nos investimentos voltados para o pequeno agricultor.

Com a criação dos órgãos, DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca) e a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco),

implantaram Projetos de Irrigação, construção de açudes e outros, segundo PINTO (1999) atuavam com fins de melhoramento do rebanho, produção na agroindústria e colonização, proporcionando maior modernização no campo. Em Sergipe, através da ação governamental, seja estadual ou federal, foram criados Projetos de Irrigação, que apesar da atual fragilidade, são pontos de referência na agricultura familiar no Estado, classificados por DINIZ (1996) como áreas de exceção. Menção aos de Jacarecica e Ribeira em Itabaiana, Piauí em Lagarto, Jabibe-ribe em Tobias Barreto, Califórnia em Canindé de São Francisco, e os Projetos no Baixo São Francisco, abrangendo os municípios de Ilha das Flores, Propriá, Telha e Neópolis, pela CODEVASF, segundo PINTO (1999, p. 128), após desapropriações de grandes propriedades em área de várzea.

Nos três projetos – Propriá, Cotinguiba/pindoba e Betume – a CODEVASF utilizou-se da mesma estratégia: desapropriação de grandes várzeas ante-

Tabela 02
Estado de Sergipe | Produção Agrícola | 1996

PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Alimentos	Produção Total	Estabelecimentos inferiores a 20 ha	% Sobre o Total
Algodão (toneladas)	9.138	4.792	52,4
Milho (toneladas)	56.719	26.279	46,3
Feijão (toneladas)	10.655	6.477	61,8
Mandioca (toneladas)	299.062	265.447	88,8
Arroz (toneladas)	22.816	20.526	90,0
Cana (toneladas)	1.411.206	46.738	3,3
Fumo (toneladas)	4.479	4.199	93,7
Coco (mil frutos)	54.235	25.084	46,3
Laranja (mil frutos)	1.280.043	669.750	52,3
Maracujá (mil frutos)	124.602	106.892	85,8
Leite (mil litros)	92.933	21.951	23,6
Bovino (cabeças)	864.610	167.789	19,4
Suínos (cabeças)	74.168	49.309	66,5
Aves (cabeças)	2.721.420	1.665.905	61,2

Fonte: DINIZ, 1996.

riormente ocupadas por famílias de meeiros e arrendatários que cultivavam vários produtos, tendo como carro-chefe o arroz. Sob a orientação da CODEVASF, apenas o arroz foi plantado nos perímetros irrigados eliminando, assim, a policultura.

Atualmente, apesar de elevada parcela de produtores familiares em Sergipe não estarem integrados ao mercado, percebe-se importância deste segmento, segundo DINIZ (1996), em 1985, apresentava considerável participação na produção de elementos agrícolas de destaque no Estado. Na tabela 2, nota-se a presença dos principais cultivos e rebanhos na balança comercial do Estado. Observa-se elevada participação da produção familiar, com mais de 50% em cultivos tradicionais e importantes para Sergipe, caso do algodão, laranja, arroz, feijão, mandioca, fumo e outros, boa aproximação dos 50% do total como o coco-da-baía e do milho. Casos excepcionais acontecem com a cana-de-açúcar, tradicional produção monocultora, e a pecuária bovina, de



criação em grandes propriedades, perfazendo reduzida contribuição à agricultura familiar. A fragilização do agricultor sergipano vem se revelando como impesilho para maior integração ao mercado mundial. Trata-se em elevada escala de produção tradicional, reduzida modernização, insignificantes incentivos governamentais, uso inadequado do solo, acarretando em dificuldades para a sobrevivência do produtor local.

CONCLUSÃO

O segmento agricultura familiar, apesar das similitudes, quanto a extensão dos estabelecimentos, contratação e venda de mão-de-obra, contingente familiar no trabalho, residência e outros, difere quanto a modernização, integração ao mercado, produtividade, rentabilidade e em consequência diferentes condições de vida do produtor. É inegável o distanciamento dos produtores dos Estados Unidos (*"farmers"*) e dos europeus em relação aos africanos, latinos americanos e asiáticos, acarretando maior difi-

culdades destes últimos de competir no mercado mundial.

No Brasil, percebe-se considerável diferenciação nesta categoria. No Centro-Sul, os agricultores apresentam-se em melhores condições e competitividade que o restante do país. Em estudos recentes a FAO/ICRA, ao utilizar algumas variáveis, observou que existem diferenciações dentro da própria agricultura familiar, mesmo estando próximas uma das outras. Classificando-as em quatro categorias, A, B, C, e D, a primeira sobressaindo em melhores condições dentre das variáveis em estudo, em seqüência até a D, de piores condições. DINIZ (1996), ao estudar o camponês em Sergipe, classificou em duas categorias, denominadas de exceção, distribuídas por todo Estado, no entanto em reduzida área, com agricultores em melhores condições de vida, e o restante do Estado em piores condições que a anterior.

A pluriatividade do trabalhado na agricultura familiar, surge como nova alternativa para a sobrevivência do produtor. Largamente difun-

dida nos países de economia avançada, começa a penetrar nos países ditos “pobres”, neste contexto se insere o Brasil.

A pluriatividade no campo brasileiro restringi-se basicamente no Centro-Sul, de agricultura familiar de base consolidada, e em menor grau no Norte-Nordeste. Segundo ALANTEJANO (1999) e GRAZIANO DA SILVA (1997), este trabalho volta-se não somente a produção de alimentos, diversificação das atividades no campo, como: floricultura, piscicultura, produção de frutas e cogumelos, fazenda rural, turismo rural, pesque pague e outros.

O camponês de base familiar, tenderia ao desaparecimento, a modernização extingiria este segmento, alguns seriam eliminados e os que conseguiriam sobreviver deixariam de lado as características camponesas, passando a ser um “profissional agrícola” (ANTONELLO, 2001), altamente capitalizado. Em alguns países (Europa e Estados Unidos), esta tendência é bem acentuada, resta saber se realmente esta incorporação alcançaria todo o mundo, a resposta do futuro dirá.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo; *Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão*; Rio de Janeiro; ed. ANPOCS, 1992.
- ALANTEJANO, Paulo Roberto R.; *Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira*; In: TEDESCO, João Carlos (org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas: Passo Fundo*: Ed. da UPF, 1999. 394 p.p. 148-173.
- ANTONELLO, Ideni Terezinha; *O Camponês Sertanejo*; (Dissertação de Mestrado); Aracaju, NPGeo/UFS, 1994.
- A Metamorfose do Trabalho e a Mutação do Campesinato*, NPGeo/UFS, 2001.
- BLUM, Rubens; *Agricultura Familiar; Estudo preliminar da definição, classificação e problemática*; In TEDESCO, João Carlos (Org.) *Agricultura Familiar; Realidades e Perspectivas; Passo Fundo*; Editora da UPF, 1999, pp. 57-103.
- DINIZ, José Alexandre Felizola; *A Condição Camponesa em Sergipe; Desigualdade e Persistência da agricultura Familiar*, Aracaju; NPGeo-UFS, 1996.
- IN CRA/FAO: <http://www.incra.gov.br/sade/doc/Agritam.htm>.
- LAMARCHE, Hughs (coord.); *A Agricultura Familiar*, tradução por Ângela Maria Naoko Tijiwa; Campinas; Unicamp, 1993.
- LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; MOTA, Dalva Maria da; *Tecnologia e Renda na agricultura familiar irrigada em Sergipe*; São Cristóvão; Embrapa-CPATC, 1997.
- MOURA, Maria Margarida; *Os Camponeses*; São Paulo; Ed. Ática, 1986.
- PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira; *Os Reflexos da Seca no Estado de Sergipe*; São Cristóvão; NPGeo/UFS, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, José; *Tecnologia e Agricultura Familiar*, Porto Alegre; Ed. Da Universidade/UFRGS; 1999.
- Onovo rural brasileiro. Nova Economia*: Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, Belo Horizonte, v. 7 n. 1, p. 43-81, maio. /1997.
- STÉDILE, João Pedro (Coor.); *A Questão Agrária Hoje*; Porto Alegre; Ed. Da Universidade/UFRGS, 1994.